



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Sinttel-ES denuncia abusos da Telemont para a Oi

Assunto: Abusos da Telemont no Espírito Santo
Data: 21.12.2016 11:40
De: Presidência - Sinttel-ES <presidencia@sinttel-es.org.br>
Para: Alexandre Barros <alexandre.barros@oi.net.br>
Cópia: <marcos.mendes@oi.net.br>

Prezado Alexandre,

Segue relato sobre o que está acontecendo sob o comando da Telemont, prestadora de serviços da Oi/Telemar no Espírito Santo.

É do conhecimento da Oi que o Sinttel-ES-ES, busca na Justiça do Trabalho, contra a Telemont, o cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho 2015-2016, ação esta ajuizada em 2015. Já tivemos julgamento favorável em primeira instância, inclusive com liberação de liminar para que a empresa cumprisse o determinado, bem como parecer favorável do MPT-ES, reconhecendo as nossas reivindicações. Claro que a empresa recorreu de todas as formas. O processo aguarda, agora, julgamento no TRT-ES, o que poderá acontecer a qualquer momento, observando, claro, o recesso da justiça.

Por determinação do Juiz a empresa aplicou o reajuste de 8,42% em novembro/2015 nos salários e tíquete, ficando o retroativo para ser pago quando da decisão.

Em 2016 houve a negociação para renovação da CCT 2016-2017, sendo aprovado o reajuste de 10% em duas vezes: 5% em abril e 5% em dezembro para salários e reajuste de 10% nos benefícios a partir de julho/2016. Procuramos a empresa para que isto fosse aplicado também na Telemont, mas se recusaram a discutir sobre esta possibilidade. Argumentávamos que o que está pendente na justiça, não impede a empresa de assim proceder. Além disso desde 2014 o aluguel dos veículos estão sem reajuste, entre outras pendências. No dia 18/11/2016, os trabalhadores cansados de esperar que a empresa fizesse a parte dela, decidiram em assembleia realizar uma greve na tentativa de que a Telemont atendesse as nossas reivindicações. Antes disso, propusemos uma reunião na tentativa de que a greve não fosse necessária. No dia 18/11, mesmo, a Telemont entrou com uma ação de dissídio de greve, antes que pudéssemos conversar. Neste ínterim, numa clara tentativa de desmobilizar os trabalhadores, anunciou que faria a correção nos salários em 5%, em novembro e de mais 5% em dezembro. O mesmo reajuste que ela teimava em não conceder. Isto não foi oficializado ao Sinttel-ES.

Somente no dia 07/12 atendendo a uma solicitação do Sr. Getúlio, que queria conversar, segundo ele, sobre as tais pendências, fizemos uma reunião e nesta reunião além de não atender em nada do que havíamos conversado, fez uma proposta de reajuste exatamente igual ao da CCT 2016-2017, incluindo também pagamento de valores retroativos, negados anteriormente, dizendo que era a proposta da empresa. Só que, para ser implementada o Sinttel-ES deveria retirar/desistir da Ação de Cumprimento, numa clara chantagem à entidade sindical.

Como nos recusamos a aceitar tal afronta, a empresa, através dos seus gestores, passou a incitar os trabalhadores a procurarem o sindicato com o objetivo de pressionar a entidade para atender a sua pretensão. No dia 16/12, um grupo de empregados se dirigiu até a sede do Sinttel-ES, a partir das 09:00 horas, horário de trabalho, com esta intenção e deixamos claro que a direção do Sinttel-ES não atenderia estas exigências porque não poderíamos assim proceder em função de prejuízos que isto acarretaria pois, isto não ensejava a vontade da maioria. Até porque os pisos previstos na CCT beneficiará um grupo grande de trabalhadores e os que se encontravam reivindicando na porta do Sinttel-ES eram de empregados administrativos e de outras funções não previstas na CCT. Mas todos estariam contemplados com os 10% de reajuste, tanto previstos na CCT como os mesmos que a empresa estava anunciando. Ficamos sabendo, depois por alguns trabalhadores que defendem a posição do Sindicato, que todos foram liberados pelos gestores para esta atividade.

Hoje, dia 21/12, mais uma vez e agora com provas, a empresa liberou das atividades os empregados que quisessem ir, de novo, ao Sinttel-ES com a mesma intenção. O que nos causa espécie, é que todas as vezes que solicitamos liberação dos empregados para qualquer atividade, a resposta era sempre que: "a caixa está cheia, temos muitos reparos e serviços acumulados; a Oi pode nos multar sobre estas atividades deixadas de fazer, etc. E hoje, mais uma vez, um grupo é liberado das atividades sem nenhuma preocupação com isso. E olhe que aqui temos tido chuvas em abundância nestas últimas semanas, o que sempre causa o aumento de reparos e acúmulos de serviços.

A intenção deste relato, tem como objetivo alertá-los para o que está acontecendo. Já passei para a empresa, Sr. Frederico Valério, Gerente Local e para o Sr. Fernando Bhering Diretor Regional, de que qualquer coisa que acontecer será de única e exclusiva responsabilidade da Telemont. Alerto, ainda, que a cobertura da imprensa local, está atribuindo estas ações aos trabalhadores da Oi, causando mais prejuízos na imagem da Oi.

Nilson Hoffmann
Presidente do Sinttel-ES
27 3223-4844



21/12/2016 - Sinttel-ES - Tania Trento

Telemont quer aplicar um golpe contra os trabalhadores

Na manhã desta quarta-feira, 21, trabalhadores/as na Telemont Engenharia de Telecomunicações, empreiteira da Oi, por orientação e liberação dos supervisores, coordenadores e gerentes, se reuniram em frente à sede do Sinttel-ES para pedir que o Sindicato abra mão de uma ação judicial que permitiria à “gata”



pagar salários menores que o estabelecido em Convenções Coletivas de Trabalho – CCT de 2015 e de 2016. Neste ano, a CCT que abrange mais de 20 estados do Brasil, negociada e assinada com o sindicato patronal (Sinstal), foi aprovada pela categoria em agosto passado.

A tentativa de golpe contra os trabalhadores é uma chantagem feita pela diretoria da Telemont que quer obrigar o Sinttel/ES a trocar conquistas dessas Convenções Coletivas (CCTs) como os pisos salariais por função, por um valor retroativo de auxílio-alimentação que não passa de R\$ 700 em média por trabalhador. A empresa vem manipulando parte dos empregados, instruindo-os contra a entidade sindical para passar a perna nos empregados, na cara dura. Parece coisa de filme, mas não é! Os empregados (iludidos) se movimentam para serem tapeados pela empresa.

Esses empregados fizeram o mesmo movimento na sexta-feira, dia 16, querendo que o Sindicato fizesse uma assembleia para votar a “proposta da Telemont”, como se fosse algo novo e bom para eles. A tal proposta é um embuste, engodo, pois que é quase a mesma da CCT já aprovada em agosto. A única diferença é a chantagem para não pagar os pisos por função, retirando da Justiça a ação de cumprimento que obrigaria a “gatinha” a cumprir esses pisos salariais, estabelecidos nas CCT 2015/2016 e que espera julgamento do TRT-ES.

O Sinttel não cedeu ao golpe, uma vez que, para retirar uma ação coletiva, é necessário medidas jurídicas que envol-

vem direitos individuais. Além disso, a Justiça do Trabalho está em recesso.

Além disso, fez um comunicado divulgando nas redes sociais e no site da entidade (veja comunicado), as razões porque não prejudicaria a categoria cedendo a uma chantagem da empresa. Mas a chefia imediata fez o trabalho de manipulação invertendo fatos,

mentindo e enganando os trabalhadores. Ouça a fala de um supervisor, no Ponto de Encontro (reunião que a empresa faz com os empregados em um dia na semana).

A manipulação

Desde que a CCT 2015/2016 foi aprovada em assembleias realizadas nas bases da Telemont em Cachoeiro do Itapemirim, São Mateus, Cariacica, Serra e noutras empresas prestadoras de serviço do setor de Telecom no ES, somente a Telemont se negava a aplicar os reajustes de 10% no tíquete alimentação e nos salários que seria dividido em 2 vezes (5% em abril e 5%). O retroativo seria pagos em 3 parcelas a partir do salário de agosto, quando a Convenção foi assinada.

Em novembro, cansados da enrolação da empresa e de outros problemas sem solução, como a sonegação por 2 anos consecutivos do reajuste no aluguel dos carros agregados, os técnicos decidiram fazer greve, que durou 6 dias. A paralisação fez a empresa aplicar o reajuste salarial, apenas. Faltava o reajuste no auxílio-alimentação (tíquete) e os pagamentos retroativos de salário e no tíquete. Pressionada pela grande insatisfação dos empregados, após a greve que só conquistou parte do que estava já estabelecido na Convenção Coletiva, a Telemont resolveu dar um golpe.

Pedi uma reunião com o Sinttel para tratar de todas pendências, coisa que ela não fazia há meses, impondo um arrocho salarial e perseguições diárias aos técnicos.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Na reunião, realizada no dia 8 de dezembro, a empresa disse que trataria de todos os problemas: reajustes no aluguel dos veículos agregados, nos salários, no auxílio-alimentação (tíquete), PPR, cumprimento da escala, transparência no pagamento da RV, entre outros problemas. NO dia 12, a empresa traria uma proposta intermediária para apresentar aos trabalhadores, pois haveria uma audiência no processo de dissídio de greve, no TRT.

Mas que nada! A proposta de reajuste era a mesma que já se tinha, exceto a imposição de se retirar a Ação de Cumprimento à CCT 2015/2016, em troca somente do pagamento do retroativo ao auxílio-alimentação (maio/2015 a abril/2016

e de maio a dez/2016) que daria em torno de R\$ 700 divididos em duas vezes. O retroativo dos salários estariam fora da medíocre " proposta ". Não é uma pegadinha? Numa estratégia ardilosa, aproveitando o momento das festas de final de ano e as necessidades de consumo dos trabalhadores ela acena com uma grana. E pegou parte dos trabalhadores pelo bolso, que se uniram à chefia para trair e " furar os olhos dos técnicos" – colegas de trabalho que fizeram greve, foram para luta e garantiram o reajuste que todos acabaram recebendo.

Veja os salários praticados hoje pela Telemont e os salários que valerão, assim que a Ação de Cumprimento tiver a sentença da justiça do trabalho:

Pisos salariais praticados pela Telemont (inicial)

Em dezembro/2016

*Piso salarial (menor função).....	R\$1.025,20
Técnico (com formação).....	R\$ 1.311,20

*Desse menor piso estão excluídos os porteiros, vigias, faxineiros, copeiros, cozinheiros, limpeza em geral e auxiliares administrativos quando em treinamento admissional

Pisos garantidos pelas CCTs 2015 e 2016



Pisos salariais com o reajuste de 8,43% (2015) e 10% (2016)

IRLA	R\$ 1.227,60
LIGADOR	R\$ 1.227,60
Atendente	R\$ 1.176,60
Técnico de Telecomunicações	R\$ 1.364,00
Cabista	R\$ 1.364,00
Técnico ADSL	R\$ 1.609,30
Técnico em Fibra Óptica	R\$ 1.738,00
Técnico Multi Função Par metálico (LA, ADSL, TUP, OI TV)	R\$ 1.610,40
Técnico Multi Função Fibra Óptica (LA, ADSL, TUP, OI TV)	R\$ 1.749,00

21/12/2016 - Folha Vitória

Atenção motoristas! Grupo faz protesto e interdita vias do Centro de Vitória

A guarda informou que o trânsito está lento. Os manifestantes estão liberando apenas uma via e os motoristas que precisam passar pelo local tem que ter paciência



Os manifestantes começaram a manifestação na Curva do Saldanha

Um grupo de manifestantes está interditando a Curva do Saldanha em forma de protesto na manhã desta quarta-feira (21), em Vitória.

De acordo com a categoria, os manifestantes vão seguir em passeata até o Ministério do Trabalho. O motivo do protesto é o aumento salarial.

A Guarda Municipal informou que a manifestação começou próximo ao sindicato e que o trânsito está lento. Os manifestantes estão liberando apenas uma das vias.

Segundo o diretor executivo do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações (Sinttel) do Espírito Santo, Alessandro Mamedi, eles estão cumprindo uma ação judicial.

“Os trabalhadores querem que a empresa retire uma ação de cumprimento. A empresa condicionou isso para dar aumento aos trabalhadores. Estamos impedidos juridicamente de fazermos isso. O sindicato não pode fazer uma assembleia por conta da ação judicial”.

21/12/2016 10h50 - G1

Funcionários da Oi saem em protesto pelas ruas de Vitória

Eles afirmam que não recebem reajuste há quase dois anos. O G1 procurou a empresa Oi, mas ainda não teve retorno.

Um grupo de funcionários de uma empresa de telecomunicações saíram pelas ruas do Centro de Vitória, em protesto contra as condições de trabalho, nesta quarta-feira (21). Eles afirmam que não recebem reajuste há quase dois anos e a negociação foi para dissídio coletivo.

O G1 procurou a empresa Oi, mas ainda não teve retorno. Os trabalhadores saíram, por volta das 9h30, da sede do

sindicato da categoria, e seguiram em direção ao Ministério do Trabalho.

Por causa da manifestação, apenas uma faixa está liberada no entroncamento da rua Henrique Novaes com a avenida Jerônimo Monteiro, no Centro. Agentes de trânsito e policiais militares acompanham o protesto.

21/12/2016 - Tribuna Online

Termina manifestação no Centro de Vitória

Chegou ao fim por volta das 11h desta quarta-feira (21) uma manifestação que deixou o trânsito congestionado no Centro de Vitória.

Os manifestantes se concentraram na rua Barão Monjardim, em frente ao Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Espírito Santo (Sinttel-ES), provocando um engarrafamento que se estendeu pela avenida Vitória, no sentido Centro, até as proximidades do colégio Salesiano.

O grupo era de cerca de 70 manifestantes, de acordo com a Guarda Municipal de Vitória. A maior parte deles usava uniformes da empresa de telefonia Oi. As primeiras informações são de que o grupo reivindica campanha salarial e a saída do presidente do sindicato. Os manifestantes exibiam faixas com dizeres como "Sinttel é golpe, queremos votação sem enganação".

Segundo o diretor executivo do Sinttel, Alessandro Mamedi,



a manifestação teria sido convocada pela empresa que presta serviço para a Oi na Grande Vitória e teria com objetivo fazer com que o sindicato retire duas ações que estão no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), uma de discórdia de greve e uma de cumprimento de convenção coletiva.

"A gente não pode tirar essas ações, porque isso iria ferir direitos individuais de trabalhadores e, inclusive, de gente que já foi demitida. Agora as ações estão no TRT e temos que aguardar uma decisão da Justiça. Se houver interesse da categoria em afastar a direção do sindicato, existem meios legais para isso, Mas o que a gente observa é a movimentação de apenas uma empresa que se recusa a

cumprir a convenção coletiva", afirmou, Mamedi.

Assista ao vídeo:

<https://youtu.be/TVgjA7hSDBI>

20/12/2016 - Telesíntese

Governo espera sancionar reforma de Telecom na próxima semana. Oposição recorre ao STF contra sua aprovação.

O governo espera transformar o PL 3453 em lei nos próximos 15 dias, disse hoje o ministro Gilberto Kassab, se as "condições jurídicas permitirem". Fontes do governo informam que a intenção do presidente Michel Temer é sancionar a lei na próxima semana. Mas a cautela de Kassab tem sua razão porque o PT, PCdoB e Rede ingressaram no STF com mandado de segurança contra a conclusão da votação no Senado.

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Gilberto Kassab, disse hoje, 20, que a expectativa do governo é sancionar, sem vetos, e até a primeira semana de janeiro o projeto de lei que acaba com as concessões de telefonia fixa. "Havendo condições jurídicas de sancionar, será o mais rápido possível", disse o ministro. Conforme fontes do governo, os planos são para sancionar a lei, em solenidade no Palácio do Planalto, na próxima terça ou quarta-feira.

Mas a oposição não se deu por vencida pelo fato de a Mesa Diretora do Senado ter negado os recursos apresentados pelos senadores. Hoje à tarde, a liderança da Minoria (que congrega os partidos de oposição no Senado Federal, PT, PCdoB e Rede) ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF) com um mandado de segurança contra a aprovação do PL 3453 ou PLC 079, exclusivamente por uma comissão.

Para os partidos, que tentaram levar a votação para o Plenário na semana passada e tiveram o recurso negado pela Mesa Diretora do Senado, a aprovação do projeto é inconstitucional porque precisaria obrigatoriamente ser analisado pelo conjunto dos senadores.



Para Kassab, no entanto, não há porque se criticar a tramitação do projeto no Congresso Nacional, pois ele entende que a lei simboliza os debates no setor de vários anos. "É uma lei que foi discutida à exaustão, Muito antes de eu chegar ao ministério. Quando cheguei, já estava amadurecido o debate. Ela foi consolidada e aprovada na Câmara, tanto que o Senado achou dispensável repetir os debates. Estou muito tranquilo de que é bom para o país e que haverá melhoria do serviço prestado", disse.

O ministro entende que a lei vai trazer benefícios para todos. "O governo ganha, mais serviços vão ser prestados e mais recursos vão entrar no caixa do governo. E o mais importante, os melhores serão prestados aos usuários", concluiu.

Kassab afirmou ainda que haverá investimentos para o Plano Nacional de Banda Larga a partir do próximo ano. "Haverá por parte da Anatel e do próximo governo a intenção de construir um plano diretor – que sejam as responsabilidades da Anatel ou do Ministério, o mais rápido possível contar esse benefício.

21/12/2016 - Telesíntese

Oi é liberada a pagar pequenos credores com até R\$ 50 mil

Após a mediação, será indicado um agente fiduciário, que irá votar na assembleia de credores em nome dos pequenos, com dívidas de até R\$ 50 mil



agente fiduciário, que vai agir como mandatário dos credores que aderirem à negociação.

O juiz que lidera a recuperação judicial da Oi (RJ), Fernando Viana, autorizou a empresa a pagar os pequenos credores com até R\$ 50 mil, conforme a proposta da própria operadora. E será indicado um

Conforme as estimativas da justiça, mais de 57 mil empresas têm crédito a receber de até R\$ 50 mil, o que representa 85% das 67 mil pequenas empresas listadas pela Oi, o que significa que cerca de 50 mil processos serão extintos.

Segundo Viana, com a conclusão dessa negociação, serão liberados cerca de R\$ 1 bilhão da companhia que estão presos em depósitos judiciais. A proposta já havia sido aprovada pelo Ministério Público e pelo administrador judicial. (com agências de notícia).

21/12/2016 - Telesíntese

Organizações criticam aprovação do novo modelo de Telecom pelo senado

Entidades veem manobra no Senado como contestável e manifestam apoio a reclamação da oposição no STF sobre o trâmite do projeto.

Organizações sociais divulgaram nota de repúdio à manobra feita pela mesa diretora do Senado para garantir que o PLC 79/2016 (ou PL 3453, quando na Câmara), que reformula o marco legal de telecomunicações no Brasil, seja sancionado pelo governo Temer ainda este ano.

“ Em uma manobra regimental política e contestável, a Mesa Diretora do Senado Federal – que tem como Presidente Renan Calheiros (PMDB/AL) e como vice-presidentes Jorge Viana (PT/AC) e Romero Jucá (PMDB-RR) – alegou que o recurso havia sido protocolado fora do prazo. No site do Senado, no entanto, consta que o recurso não foi aceito por ‘falta de assinaturas necessárias’ ”, diz a Coalizão Direitos na Rede.

Participam da Coalizão entidades como Idec, Actantes, Artigo 19, Intervezes, Proteste, entre outras. As organizações ressaltam que o PLC 79 tem por objetivo transformar infraestrutura pública avaliada em até R\$ 100 bilhões a privada.

Reclamam também da falta de debate público sobre o projeto: “ Uma vez enviado ao Senado Federal, o PLC 79/2016

foi aprovado em sete dias, sem discussões democráticas. Após a designação do relator na Comissão de Desenvolvimento Nacional, Senador Otto Alencar (PSD/BA), no dia 30/11, o relatório do texto foi apresentado em um dia útil, na sexta-feira (01/12)” .

O temor do grupo é que a lei resulte no fim de políticas públicas de universalização do acesso e aumento de preços. “ Além disso, a mudança do modelo de concessão para autorização não foi desenhada de forma a prever certas proteções ao cidadão, como a possibilidade de garantir a continuidade da prestação do serviço caso a operadora venha a falir” , destacam.

Por fim, a Coalizão manifesta apoio à reclamação de senadores feita no STF. “ Exigimos que o Supremo Tribunal Federal acate os argumentos apresentados por Senadores da República no mandado de segurança que determina que o Senado não envie o PLC 79/2016 à sanção presidencial sem que antes seja apreciado pelo Plenário do Senado” , concluem.